

Dificuldades da integração hemisférica

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

A recente reunião de ministros dos países das Américas, realizada em Denver, explicitou, mais uma vez, os contrastes entre a posição do Brasil e de outros países, em particular dos Estados Unidos da América, quanto ao prazo de constituição à abrangência e ao formato de uma zona de integração hemisférica.

O principal resultado da Cúpula das Américas, realizada em Miami em dezembro de 1994, foi o consenso quanto ao prazo de até 2005 para término das negociações relativas à integração. Com base na experiência do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), a integração estaria concluída em 2020. Antes de Miami, o Brasil insistiu em 2005, a despeito do entusiasmo de muitos países, inclusive dos Estados Unidos, por um cronograma mais apertado de conclusão das negociações até 2000.

Como frequentemente ocorre com os Estados Unidos em negociações multilaterais, a possibilidade de que o prazo até 2000 fosse realmente aprovado colocou em movimento interesses internos contrários. Com certo alívio os negociadores norte-americanos concordaram com o prazo até 2005.

Seria razoável supor que as dificuldades mexicanas, ocorridas logo após a reunião de Miami, tivessem arrefecido o entusiasmo quanto ao calendário acelerado para a integração hemisférica. Se isto ocorreu, os efeitos foram temporários, como demonstra a ênfase dos Estados Unidos, antes de Denver, na ampliação da abrangência das negociações e na criação imediata de 11 grupos técnicos para tratar de temas específicos.

Por insistência do Brasil, as decisões de Denver distribuem o início da atividade destes grupos até 1996 e restringem o escopo das disciplinas pretendidas ao das disciplinas da Organização Mundial de Comércio.

O entusiasmo comedido do Brasil resulta do reconhecimento de que os ganhos comerciais potenciais da integração com os Estados Unidos são limitados. Para o Brasil, em contraste com a maior parte dos demais países das Américas, as exportações para os Estados Unidos têm participação relativamente modesta nas exportações totais. A integração com os Estados Unidos implicaria expansão das exportações inferior ao crescimento das importações. Seria o impacto sobre a renda, em prazo mais longo, que indicaria benefícios substanciais e justificaria o apoio brasileiro à iniciativa.

Ao Brasil interessa evitar o formato de negociações em que o Nafta negociaria com cada país isoladamente. Interessa a convergência de iniciativas de integração, ou seja, no limite, o Mercado Comum do Sul (MerCosul), ampliado na América do Sul, negociando com o Nafta, ampliada na América Central, Caribe e partes da América do Sul.

Quanto à abrangência, os Estados Unidos têm procurado utilizar as negociações sobre integração hemisférica para generalizar padrões de política comercial que avancem, em termos de substância, além da Rodada Uruguai, e encurtem regimes de transição. Exemplo disso é a insistência em incluir temas “ultra novos”, como meio ambiente e direitos trabalhistas, pilares da plataforma do partido democrata, certamente impopulares entre os republicanos. A posição brasileira, de Obstrução à inclusão dos dois temas, é respaldada pelo temor quanto ao uso futuro de “harmonização de políticas” para criar barreiras às exportações brasileiras.

Ao Brasil, tal como reflete a política econômica externa, interessa a integração hemisférica desde que pausada, sem ampliação de abrangência para assuntos não cobertos pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), e que leve em conta o interesse brasileiro em iniciativas de integração sub-regionais, como o Mercosul e sua ampliação na América do Sul.

Em qualquer caso, não há razão para que a diplomacia econômica brasileira, num quadro de estabilização e volta ao crescimento, fique limitada à integração hemisférica. A diversificação dos interesses econômicos e financeiros do País torna naturais iniciativas de integração não apenas com a União Europeia, como já demonstram entendimentos preliminares entre o Mercosul e Bruxelas, mas também no Atlântico Sul, especialmente após os desenvolvimentos políticos na África do Sul.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.